

**NOS TRILHOS DA ESTRADA DE FERRO:
REMINISCÊNCIAS DE MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS**

**ON THE RAILS OF THE IRON ROAD:
REMINISCENCES OF TOPONYMYS MOTIVATIONS**

*Kênia Mara de Freitas Siqueira**

RESUMO: O signo toponímico diferencia-se dos demais signos linguísticos pela motivação em relação ao referente nomeado. A nomeação reflete aspectos importantes dos valores sociais, políticos e culturais da história de um lugar, assim, o objetivo deste estudo é analisar os topônimos da Região da Estrada de Ferro, em Goiás. A metodologia consiste no levantamento dos nomes de lugares por pesquisa documental, observando o processo de formação e a estrutura desses designativos conforme a proposta de Dick (1990, 2007), que consiste, basicamente, na elaboração de taxionomias.

PALAVRAS-CHAVE: toponímia, valores culturais, história, taxionomia.

ABSTRACT: The toponymy sign differs itself from the other linguistic signs for the motivation in relation to the named referent. The appointment reflects important aspects of the social, political and cultural values of the history of a place, so, the objective of this study is to analyze the toponyms of the region of the iron road/ Goiás. The methodology consists in presenting the names of places by documental research, observing the process of formation and structure of these designators according the proposal of Dick (1990, 2007) which consists, basically, in the elaboration of taxonomies.

KEYWORDS: toponym, cultural values, history, taxonomiey.

* Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Pires do Rio, município de Pires do Rio, Estado de Goiás, Brasil. Professora Doutora de Linguística do Quadro Efetivo. E-mail: keniamara@hotmail.com.

NOS TRILHOS DA ESTRADA DE FERRO: REMINISCÊNCIAS DE MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS

Introdução

Este trabalho procura apontar, em caráter preliminar, a extensão interdisciplinar dos estudos toponímicos, enfatizando, para tanto, a interface entre língua, cultura, história e geografia, no que se refere, especificamente, às motivações por trás das designações dos lugares da Região da Estrada de Ferro em Goiás, sudeste goiano. Aqui, subdividida em duas microrregiões, para efeito da pesquisa que está sendo realizada também em duas etapas: (i) a microrregião de Pires do Rio, formada pelos municípios de Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz, São Miguel do Passa-Quatro, Silvânia, Urutaí, Vianópolis; inclui também o município de Leopoldo de Bulhões (microrregião de Goiânia); (ii) microrregião de Catalão:¹ formada pelos municípios de Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos.

Assim, parte-se da evidência de que o signo toponímico apresenta caráter pluridisciplinar já que, por meio dele, pode-se conhecer a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) em determinado lugar, as peculiaridades socioculturais de um povo, o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema, as características físico-geo-

¹ Pesquisa toponímica em andamento.

gráficas da região (geomorfologia), estratos linguísticos de origem diferente do uso contemporâneo da língua ou mesmo de línguas já desaparecidas.

Nesse sentido, o caráter motivador das designações toponímicas oferece possibilidades de incursão pelos domínios da língua, obviamente, da cultura, da história e da geografia, pois todas essas áreas encontram-se intrinsecamente relacionadas com a atividade de nomeação dos lugares.

Assim, o referencial teórico tem como base os trabalhos já desenvolvidos por Dick (1990, 2007), Fonseca (1997) e Carvalhinhos (2003) acerca da conversão de um nome comum em um nome próprio para designar um determinado lugar ou também sobre os elementos de natureza física e de natureza antropocultural que permeiam a motivação por trás do signo toponímico, uma vez que a sistematização dos dados em taxionomias é justificada por relações icônicas e simbólicas, pois, para Dick (1990), o topônimo representa uma projeção aproximativa do real.

Para as questões de natureza etimológica, recorre-se a Cunha (1982) e a Sampaio (1928), para as lexias de origem Tupi. Trata-se, a princípio, de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos e em levantamento histórico-geográfico.

A partir desse levantamento, procura-se verificar e atualizar os dados por meio de pesquisa *in loco*. Quanto ao levantamento dos aspectos socioculturais e históricos, além da consulta ao que já está documentado, realizam-se entrevistas com os moradores mais antigos dos respectivos municípios. Esses procedimentos são delimitados em cronograma específico para cada etapa do projeto e descritos nos diários de pesquisa pela coordenação do projeto e pelos alunos participantes da iniciação científica.

1. Toponímia: conceitos basilares

Toponímia, ou toponomásia, é uma área de estudos linguísticos que se atém à descrição e à análise dos nomes designativos de lugares. Um topônimo é um nome próprio ou comum que foi, por um processo deliberado de escolha ou seleção, convertido em designativo de um lugar, isto é, um nome originalmente arbitrário² converte-se em nome de lugar por um processo

² Não cabe, neste momento, empreender uma discussão exaustiva sobre o caráter convencional do signo linguístico; cabe apenas salientar que o signo toponímico difere do signo linguístico pelo caráter motivador que possui, ou seja, o topônimo é escolhido a partir de

marcado por motivações de diversas ordens. O processo de conversão de um nome comum em topônimo oferece elementos para se verificar como o falante atualiza o sentido dos lexemas, uma vez que, no ato de nomeação, o falante ou o grupo traçam um percurso gerativo de sentido que vai do léxico virtual do falante à palavra-ocorrência, ou seja, o topônimo percorre um caminho semelhante aos dos lexemas comuns, o que o diferencia destes é que o topônimo sobrevive ao fato que lhe deu origem.

Ainda que a língua mude, a reconstrução etimológica possibilita que se recuperem os semas em estado latente, opacos. O que ocorre de fato é o esvaziamento semântico do nome comum que passa a significar o próprio fato. A despeito do distanciamento temporal entre o topônimo e o fato que lhe deu origem, o topônimo pode refletir aspectos da visão de mundo do denominador e oferecer condições, por meio da descrição e da análise de seus elementos, tanto linguísticos quanto histórico-culturais, de se conhecer a natureza das motivações que permearam a escolha de dado nome, o que, de certa forma, pode também revelar peculiaridades e idiosincrasias do lugar cultural, afinal se considera que a escolha de um topônimo e sua consequente fixação é também uma atividade de nomeação.

Segundo Dick (1990), a nomeação, como atividade de significação envolve a percepção biológica dos objetos do mundo transformados em substâncias estruturadas pela apreensão/compreensão refletidas na cosmovisão de cada grupo, o que leva a estabelecer, em seguida, o processo de conceptualização no qual ocorre a produção de modelos mentais, os quais, por sua vez, correspondem aos recortes culturais (designatas) feitos pelo grupo e representados (ou apresentados) no sistema linguístico. Após esse percurso, ocorre a produção de significação, ou melhor, estabelece-se a lexemização para, enfim, haver a produção discursiva mediante a atualização das lexias. Assim, deixa-se o nível cognitivo e converte-se em signo.

O processo de lexemização faz com que os estudos toponímicos sejam inseridos no âmbito da lexicologia, pois lida com lexemas em nível pós-lexical. A partir da nomeação, segundo Dick, “instala-se a cadeia onomasiológica propriamente dita, em um determinado espaço, o que possibilitará o desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um modelo ou padrão de nomes [...]” (2007: 142). As análises nominais e a elucidação dos padrões de nomes constituem o escopo deste estudo. Posto isso, é possível

fatos culturais, históricos, geográficos motivadores que, de alguma maneira, o caracterizam.

conceber a Terminologia como uma área da Lexicologia que se atém ao estudo das palavras especializadas da linguagem técnica, o que situa também os topônimos em um campo de estudos lexicais, como termos próprios de uma atividade humana específica: a nomeação.

Evidentemente que a nomeação dos lugares não se processa da mesma maneira como se faz a denominação de objetos criados no universo das ciências e das linguagens de especialidades. A nomeação dos acidentes geográficos e dos acidentes culturais, de maneira diferente, segue procedimentos que têm origem em fatos históricos, sociais, culturais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado.

Assim, para Tavares e Isquerdo (2006), o ato de nomear reflete a cultura e a *imagu mundi* do denominador por meio das escolhas dos designativos que identificam os referentes relacionados à realidade de cada grupo que tem a dimensão cultural da língua bastante evidenciada. Dessa forma, segundo Tavares e Isquerdo, “a Toponímia, ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de lugares, mantém interfaces com outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia, dentre outras” (2006: 274).

Nessa perspectiva, este trabalho focaliza um recorte dos resultados da primeira etapa da pesquisa sobre a toponímia da Região da Estrada de Ferro, a microrregião de Pires do Rio. Os dados são analisados observando-se a dimensão linguística do topônimo, os aspectos histórico-geográficos e culturais envolvidos no processo de escolha e a fixação do designativo toponímico.

2. O conjunto toponímico da microrregião de Pires do Rio

A microrregião de Pires do Rio é uma das subdivisões do Estado de Goiás pertencente à mesorregião sul goiana. De acordo com dados de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região tem uma população aproximada de 94.452 habitantes. Está dividida em dez municípios e abrange uma área total de 9.418,370 km², com uma densidade demográfica em torno de 10,0 hab/km², cujo município mais populoso é Pires do Rio.

Os municípios que compõem essa microrregião são: Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis. Entretanto, in-

clui-se, para efeito de sistematização dos estudos, o município de Leopoldo de Bulhões, que pertence à microrregião de Goiânia, mas que geográfica e historicamente está ligado à grande Região da Estrada de Ferro.

Alguns desses lugares, como Pires do Rio, Vianópolis, Urutaí, Leopoldo de Bulhões, surgiram em decorrência da construção da estrada de ferro. Outros já existiam como pequenos lugarejos ou como antigas vilas do tempo da Província de Goiás, século XVII, como Santa Cruz de Goiás e Silvânia. Esta teve seu desenvolvimento impulsionado pela construção da ferrovia.

A respeito de Santa Cruz de Goiás é interessante acentuar que, no projeto inicial, a ferrovia teria uma estação naquela cidade, mas, por razões de ordem econômica, o projeto foi modificado e os trilhos encontraram sua primeira estação depois da Ponte Eptácio Pessoa, em 1922, na então recém-inaugurada Estação de Pires do Rio.

Assim, em relação à microrregião de Pires do Rio, a ferrovia passa apenas pelos municípios de Urutaí, Pires do Rio, Vianópolis, Silvânia, Leopoldo de Bulhões e em Egerineu Teixeira (Ubatan), distrito de Orizona. A subdivisão nessas microrregiões pauta-se mais em fatores de distribuição e de proximidade geográficas e em características econômicas, sociais e culturais afins.

Por conseguinte, cabe esclarecer o que se entende por “município”, já que a sede deste é sempre uma cidade. Para tanto, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam, 2007) conceitua município como sendo “a circunscrição do território do Estado em que os cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura.” O próximo item apresenta a análise dos respectivos topônimos de acordo com os aspectos históricos e geográficos mais salientes, bem como a descrição dos nomes dos municípios em termos linguísticos e consequente criatividade do nomeador face ao processo de nomeação.

Na esteira da proposta de elaboração de fichas taxionômicas de Dick (1990), são apresentados, a seguir, alguns resultados (preliminares) do projeto de pesquisa “Toponímia: a dinâmica dos nomes da Região da Estrada de Ferro”, considerando noções da semântica lexical, da morfologia (formação de palavras) e da etimologia tais como: criatividade, produtividade, lexicalização e idiomatização. Mediante a descrição e a análise dos aspectos linguísticos (morfológicos, etimológicos e semânticos), culturais e históricos, presentes no termo toponímico, é possível classificá-lo de acordo com

sua natureza física ou antropocultural, o que se estende nas 27 taxas.³ Segue, para tanto, a ordem alfabética dos nomes dos municípios.

2.1. O município de Cristianópolis

A fundação de uma cidade segue quase sempre o mesmo caminho: algumas casas são construídas em torno de uma venda, depois constrói-se uma capela, e o então embrião urbano começa a se desenvolver, nasce a vila; depois, insensivelmente, o número de casas aumenta, surge a cidade. Em relação a Cristianópolis, pode-se dizer que houve outros fatores que concorreram para sua fundação. Segundo Oliveira (2006), o conflito entre os católicos e os recém-convertidos protestantes de Santa Cruz fez com que o fazendeiro José Pereira Faustino, proprietário da Fazenda Gameleira doasse, em 1909, quatro alqueires de suas terras para a construção de um templo para reuniões religiosas da Igreja Cristã Evangélica.

Deu-se, portanto, o início ao povoamento da área, surgindo o povoado da Gameleira. Nessa época, havia apenas três ruas cujos nomes são ilustrativos da missão evangélica que se intensificava no lugar: ruas da Fé, da Esperança e da Caridade. Em 1927, Gameleira passou a ser denominada Cristianópolis. Veio a ser emancipada em 1953, pela Lei Estadual nº 739, desmembrando-se de Pires do Rio, antiga sede do distrito.

De acordo com dados de 2010 – da Gerência de Estatística Socioeconômica, da Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informações Socioeconômicas (Sepin)/Secretaria do Estado de Gestão e de Planejamento (Seplan-GO) –, o município tem uma população residente de 2.933 moradores, apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual (2000/2010) de 0,03%. O fator mais relevante é que Cristianópolis nasceu de uma missão evangélica, em contraponto cultural à antiga Santa Cruz, cuja religiosidade é marcada pela tenaz preservação das tradições religiosas de fé católica.

2.1.1. O topônimo Cristianópolis

Este designativo toponímico substituiu o nome do antigo distrito de Gameleira e essa troca de nome marca um dos aspectos culturais mais relevantes do nascimento da cidade. Devido às constantes perseguições, tanto aos missionários, quanto aos novos “crentes”, ergue-se um local de refúgio para essas

³ Cf. SIQUEIRA, Jacy. *Um contrato singular: e outros ensaios sobre a história de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2006. p. 196.

pessoas perseguidas. Na recém-criada Gameleira, só podiam residir pessoas que professassem a fé protestante, os “crentes”.

Topônimo: Cristianópolis

Etimologia: adj. sm. Cristão do latim *christia#nus*, por sua vez do hierônimo *Christus* ‘cristo’ + *pole* elem. grego derivou-se *pólis* ‘cidade’.

Estrutura morfológica: topônimo formado por derivação do termo Cristiano + sufixo pólis.

Taxionomia de natureza antropológica: hierotopônimo, relativo a nomes sagrados de diferentes crenças.

2.2. O município de Gameleira de Goiás

Conforme dados da Sepin/Seplan-GO, o distrito, criado com a designação de Gameleira de Goiás pela Lei Estadual nº 10.508, de 11 de maio de 1988, pertencia ao município de Silvânia. Em uma divisão territorial de 1º de junho de 1996, esse distrito fazia parte do município com sede em Silvânia.

Uma década depois, em 1998, Gameleira de Goiás foi elevada à categoria de município, mantendo esta mesma denominação, pela Lei Estadual nº 13.417, de 28 de dezembro de 1998. Passou, assim, a ser distrito sede de Gameleira, instalado em 1º de janeiro de 2001, divisão territorial que permanece até hoje. Com uma população de 3.275 moradores, dista 100 km da capital, Goiânia.

De acordo com fontes orais, a origem da cidade está ligada à fé. Por volta do ano de 1963, houve um período prolongado de seca na região. Devido a essa seca, os produtores rurais, que passavam por intensas dificuldades, resolveram fazer uma novena no morro do Campo Limpo, onde havia um cruzeiro. Contam que, no nono dia, antes mesmo de terminarem a reza, já havia começado a chover. Para agradecer pela benção alcançada, os fiéis resolveram rezar novamente, como estava muito quente, fizeram as orações debaixo de uma árvore, uma gameleira. Quando decidiram construir uma igreja em sinal de louvor e agradecimento, o fizeram perto dessa árvore, em um terreno doado por Floro Rodrigues. Em volta da igreja, foram surgindo casas; o povoado estava se formando.

2.2.1. O topônimo Gameleira de Goiás

Como se vê, o nome desse município se deve a motivações religiosas, ou seja, pela graça alcançada, à sombra de uma árvore com o nome de Gameleira surgiu o nome do município.

Topônimo: Gameleira de Goiás

Etimologia: nome composto por gamela – espécie de alguidar feito de madeira; do latim *camella*, diminutivo de *came(ra)* ‘vaso para beber’ + sufixo – eira, forma evolutiva normal do latim – a#ruis, – a#ria, que entra na formação de derivados de cunho popular + de Goiás, locução adjetiva designativa de procedência. Estrutura morfológica: topônimo composto por justaposição Gameleira + de Goiás;

Taxionomia de natureza física: fitotopônimo, de índole vegetal, em conjunto da mesma espécie ou de espécies diferentes.

2.3. O município de Leopoldo de Bulhões

O povoado que deu origem a Leopoldo de Bulhões surgiu à margem esquerda do córrego Pindaíba, em terreno de José Cândido Louza; em razão do córrego, o local ficou conhecido como Pindaibinha. Com a chegada da Estrada de Ferro, o povoado cresceu. Assim, Pindaibinha foi elevado à categoria de distrito em 1931 com a denominação de Leopoldo de Bulhões, que pertencia ao município de Bonfim (atual Silvânia). Em 1948, com a tenaz contribuição do Cel. Felismino de Souza Viana, veio a emancipação do município, com a Lei Estadual nº 127, de 21 de dezembro de 1948.

2.3.1. O topônimo Leopoldo de Bulhões

O nome Leopoldo de Bulhões é uma homenagem a José Leopoldo de Bulhões Jardim, nascido em Goiás, e que ocupou por duas vezes o cargo de ministro da Fazenda, entre 1902 e 1906.

Topônimo: Leopoldo de Bulhões

Etimologia: antropônimo

Estrutura morfológica: topônimo composto Leopoldo + de Bulhões.

Taxionomia de natureza antropocultural: antropotopônimo, relativo a nomes próprios individuais.

2.4. O município de Orizona

Segundo Siqueira (2011), os primeiros indícios populacionais do município de Orizona, na época distrito de Capela dos Correias, ocorreram por volta de 1830, passando, em seguida, à designação de Campo Formoso e, posteriormente, renomeado município de Orizona. A fundação dos primeiros aglomerados urbanos se deu com a migração de fazendeiros do Triângulo Mineiro muito antes da implantação da ferrovia entre Araguari e Anápolis, que se concretizou em 1935.

Por volta de 1850, recebeu do fazendeiro Fulgêncio Correia Peres, sua primeira denominação, que comprou um terreno situado à margem do Ribeirão Santa Bárbara para nele construir uma capela. Logo após sua morte, José Pereira Cardoso, Joaquim Fernandes de Castro e outros encarregaram-se de construir a pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade.

A chegada de mais agricultores mineiros, entre 1840 e 1850, resultou em uma pequena povoação ao redor dessa capela que, por influência da família Correia, em 1890, foi o povoado erigido a distrito com o nome de Capela dos Correias. O crescente aumento da população propiciou a elevação do povoado a distrito, Campo Formoso, quando ainda pertencia ao município de Santa Cruz de Goiás.

O distrito foi emancipado em 1906 e elevado à categoria de cidade, conservando a mesma denominação por sugestão do padre Simeão Estilita que, em uma fala litúrgica, sugeriu o nome em homenagem aos membros da família Correia Peres (descendentes de espanhóis, moradores de uma das regiões da Espanha, denominada Campos Hermosos).

No entanto, a denominação Campo Formoso logo precisou ser mudada, porque já havia outro município no Estado da Bahia com essa mesma designação. Assim, por volta de 1943, o município de Campo Formoso passou a denominar-se Orizona. Este nome pode ser descrito em termos etimológicos e morfológicos: com duas raízes, *óryza* ‘arroz’ de origem grega e *zona* ‘região’, do latim, isto é: zona do arroz.

Segundo dados da Gerência de Estatística da Sepin/Seplan, 2010, Orizona possui uma população residente de 14.292 habitantes, com taxa de crescimento anual em torno de 0,90%, na década de 2000/2010.

2.4.1. O topônimo Orizona

Este designativo toponímico se deve à grande produção agrícola de arroz. O município já foi considerado um dos maiores produtores desse cereal no Estado de Goiás.

Topônimo: Orizona

Etimologia: elemento composto do grego *óryza* 'arroz' + zona do latim *zo←na* 'cinta, faixa, local, região', deriv. do grego *zo←□ne*.

Estrutura morfológica: topônimo composto do termo *oriz* + elemento *zona* (2º elemento da composição).

Taxionomia de natureza antropológica: sociotopônimo, relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho.

2.5. O município de Palmelo

Palmelo localiza-se à margem direita do ribeirão Caiapó, a cerca de 125 km da capital, Goiânia. É provável que a cidade tenha surgido de um povoado formado em torno do Centro Espírita Luz da Verdade, fundado em 9 de fevereiro de 1929, pelos senhores Josino Cândido Branquinho, Filemon Nunes da Silva, Joaquim Gomes de Menezes, Gervásio Branquinho Primo, João Borges e os irmãos Jonas Branquinho e Gervásio Cândido Branquinho.

A emancipação da cidade ocorreu em 13 de novembro de 1953, por meio da Lei Estadual nº 908, que a desmembrou do município de Pires do Rio. Em 27 de setembro de 1956, Palmelo recebeu, por meio da sua Câmara de Vereadores, o cognome: Cidade da Paz. É a primeira cidade espírita do mundo. Conforme dados da Sepin/Seplan-GO, 2010, Palmelo tem uma população estimada de 2.339 habitantes e índice geométrico de crescimento anual de 0,13%.

A despeito de algumas controvérsias acerca da veracidade do fato motivador do nome da cidade, este estudo toma como verdadeira a versão contada e recontada pelos moradores, isto é, a versão que afirma que o termo "Palmelo" teria se originado do nome da fazenda Palmela, lugar onde nasceu o povoado. Esta fazenda, por sua vez, recebeu esse nome em homenagem a uma antiga vila portuguesa de onde migraram seus proprietários. Com uma formação religiosa espírita, Palmelo é considerada uma estância de reequilíbrio físico, mental e espiritual.

Em 6 de novembro de 1936, chegou a Palmelo Jerônimo Cândido Gomide, líder espiritual e político que, juntamente com sua esposa Francisca Borges Gomide (Dona Chiquinha) e filhos, contribuiu para a projeção de Palmelo no Brasil e no mundo.

2.5.1. O topônimo Palmelo

Conforme Siqueira, a vila portuguesa Palmela, motivação para a escolha do nome Palmelo, era a “vila do conselho de Setúbal, Portugal, sobre uma montanha na margem esquerda do rio Tejo. Antigo Castelo” (2006: 76), é hoje uma cidade com aproximadamente 53.352 habitantes. É mencionada por Luís de Camões no poema épico *Os Lusíadas*, especificamente no Canto III, estrofe 65. O termo “Palmelo” vem de palmas ‘vitória’ + melo ‘melodia’ ou ‘canto’, ou melhor, ‘canto da vitória’.

Topônimo: Palmelo

Etimologia: sf. parte interior da mão, do latim *palmae* ‘triunfo, glória’ + melo do grego *mélos* ‘canto’; latim *melicus* derivado do grego *melikos*, de *mélos* ‘canto’.

Estrutura morfológica: composto aglutinado palm(a) + (m)elo (2º elemento da composição).

Taxionomia de natureza antropocultural: somatotopônimo, usado em relação às partes do corpo humano.

2.6. O município de Pires do Rio

Pires do Rio talvez seja o exemplo mais significativo da importância da estrada de ferro para o povoamento e para o desenvolvimento de Goiás. Vinda de Minas Gerais (Araguari), o limite extremo da Estrada de Ferro Goiás, até 1920, era a Estação do Roncador, onde se expandia também um emergente povoado. Em atendimento à proposta do diretor da ferrovia, o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, o Coronel Lino Teixeira Sampaio doou então quatro alqueires, divididos e demarcados, da fazenda Brejo, de sua propriedade, para que a ferrovia avançasse além do Rio Corumbá e da Estação do Roncador.

Com a construção da Ponte Epitácio Pessoa, os trilhos estenderam-se até a nova Estação de Pires do Rio, inaugurada em 9 de novembro de 1922. Um arraial então começou a se formar com o nome de Pires do Rio. O distrito foi criado em 23 de agosto de 1924, pela Lei Municipal nº 66. Pela Lei Estadual nº 9, foi elevado a município em 7 de julho de 1930. De acordo com os dados da Gerência de Estatística da Sepin/Seplan – 2010, o município conta com uma população estimada de 28.691 habitantes, maior contingente populacional dessa microrregião.

2.6.1. O topônimo Pires do Rio

Há algumas versões, não oficiais, de que a ponte metálica sobre o Rio Corumbá receberia o nome do então ministro da Viação e Obras Públicas, engenheiro José Pires do Rio e o recém-fundado distrito teria o nome do presidente da República, Eptácio Pessoa. Esta versão, no entanto, não esclarece por que houve a troca de nomes. Assim, o pequeno povoado que se formou em torno da estação, primeira fixada após a travessia do Rio Corumbá, recebeu o nome do ministro Pires do Rio e a ponte, o nome do presidente Eptácio Pessoa.

Topônimo: Pires do Rio

Etimologia: antropônimo

Estrutura morfológica: topônimo composto Pires + do Rio.

Taxionomia de natureza antropocultural: antropotopônimo, relativo a nomes próprios individuais, de família.

2.7. O município de Santa Cruz de Goiás

Santa Cruz é uma das povoações mais antigas de Goiás, talvez uma das primeiras, juntamente com os arraiais da Barra e Meia Ponte. As memórias dos viajantes naturalistas à Província de Goiás, no século XIX, Saint-Hilaire e Pohl, dão notícias do lugar, descoberto por Manuel Dias da Silva por volta de 1729, quando este, por atribuição do capitão-general Rodrigo César de Menezes, então governador da Capitania de São Paulo, deslocava-se em direção às minas de Cuiabá. Havia uma espécie de itinerário que passava pelas terras dos índios guayases, cujos pousos das comitivas eram mais ou menos demarcados a cada 50 km. Assim, segundo Alves (1983), a comitiva de Manoel Dias da Silva se deteve em um sítio (pouso) e, como era comum na época, mandou que verificassem a possibilidade da existência de algum veio de ouro.

Constatou-se ouro em abundância na região e, em forma de agradecimento, Dias da Silva mandou que erguessem uma enorme cruz com a seguinte inscrição: “Viva el Rei de Portugal”. Para Alves (1983), esse ato constituiu uma maneira de tomar posse da terra e a partir daí fundar um arraial dentro dos princípios da fé cristã. A cruz significou o primeiro bem patriomonal da futura Santa Cruz de Goiás.

Essa versão apresenta algumas controvérsias já que alguns historiadores afirmam que a inscrição da cruz faria menção a que, para Dias da Silva, aquelas terras possivelmente pertenceriam à Espanha, o que seria uma confusão grotesca, pois o limite entre as terras de Espanha e Portugal era bastante distante da região de Goiás. Entretanto, para este estudo, vale a versão que o povo aceita e perpetua como verdadeira.

É conveniente ressaltar que Santa Cruz nasceu Santa Cruz e, pela tradição fervorosa de sua gente, manteve-se dentro da auspiciosa fé católica. Conforme os dados da Gerência de Estatística/Sepin/Seplan – 2010, o município tem uma população residente de 3.142 pessoas, com taxa de crescimento em torno de -0.99. Realiza, anualmente, uma das mais antigas cavalhadas do Estado de Goiás.

2.7.1. O topônimo Santa Cruz de Goiás

Divulgadas as notícias de ouro na região central do Brasil, já conhecida como as Minas dos Goias, muitos acorreram para Goiás. Dessa forma, o ouro foi o primeiro hilo para surgimento das primeiras povoações do território goiano. Santa Cruz teve no ouro o motivo de seus primeiros habitantes, mas foi junto à cruz erguida que foram surgindo as primeiras edificações, inclusive a construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Daí a motivação do topônimo Santa Cruz. Segundo dados do Sepin, em 1934, o município perdeu sua sede para Pires do Rio e, no ano de 1943, pelo Decreto-Lei nº 8.305, passou a denominar-se Corumbáuna. Em 1947, voltou à condição de município com o topônimo anterior, Santa Cruz de Goiás.

Topônimo: Santa Cruz de Goiás

Etimologia: sm. santo, ‘sagrado’ do latim *sanctus* -a, -um + cruz sf. ‘antigo instrumento de suplício’, do latim *crux cru*(ci + de Goiás, locução adjetiva designativa de procedência.

Estrutura morfológica: topônimo composto por justaposição sant(a) + cruz + de Goiás.

Taxionomia de natureza antropocultural: hierotopônimo relativo a nomes sagrados de diversas crenças.

2.8. O município de São Miguel do Passa Quatro

Um fato curioso marcou as primeiras povoações do que seria o município de São Miguel do Passa Quatro. Conforme Oliveira (1998), por volta de 1928, a construção de um cemitério marcou o surgimento desse município. O que não é comum como fato desencadeador para o nascimento de aglomerados urbanos. Oliveira (1998) menciona que o cemitério foi construído para sepultar os habitantes de fazendas próximas ao lugar, mas distantes dos municípios de Silvânia e de Cristianópolis, onde se costumava sepultar os mortos, como a Fazenda Água Vermelha, Fazenda Aborrecido e Fazenda Passa Quatro.

Ainda de acordo com Oliveira, as pessoas falecidas eram carregadas em banguês, à semelhança das antigas padiolas em que eram postos os corpos de escravos mortos. Isso era feito percorrendo enormes distâncias. Daí a necessidade de se construir um cemitério em um local mais próximo das fazendas, sendo um interessante hilo fundador das primeiras povoações. Em decorrência, os moradores das redondezas resolveram erguer uma povoação em louvor a São Miguel Arcanjo, mas como o lugar já era conhecido como Passa Quatro (Ribeirão Passa Quatro), o lugar foi designado São Miguel do Passa Quatro.

O distrito de São Miguel foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 10.432, de janeiro de 1988, quando foi desmembrado de Silvânia. No entanto, segundo Oliveira (1998), a emancipação político-administrativa só se efetivou com a posse do primeiro prefeito eleito e com a respectiva câmara de vereadores, em janeiro de 1989.

Segundo informações da Gerência de Estatística/Sepin/Seplan – 2010, o município possui população residente de 3.761 habitantes, com taxa de crescimento anual de 0,78, no período de 2000/2010.

2.8.1. O topônimo São Miguel do Passa Quatro

São Miguel foi, por algum tempo, constituído apenas do cemitério e de duas ou três casas. Já a expressão “passa quatro”, segundo Oliveira (1998), surgiu devido a um fato, contado pelos moradores mais antigos, de que, no final do século XVIII, esse lugar estava no itinerário para o transporte de mercadorias em carro de boi, do Porto de Corumbá (jurisdição de Santa Cruz) para a então capital da província de Goiás, Vila Boa. As mercadorias eram transportadas em grandes comitivas de carros de boi. Durante uma das viagens, depois de uma forte chuva, na travessia de um ribeirão, nem todos os carros conseguiram atravessá-lo, apenas quatro.

A partir daí, quando queriam se referir ao local, diziam: “É o lugar onde passou quatro”. Com o tempo e a partir de alguns processos morfofonológicos a expressão ficou “passa quatro”. Na verdade, não há nenhum registro que considere essa versão como verdadeira, mas o povo a considera como tal. O lugar provável do acontecimento é hoje conhecido como Ribeirão do Passa Quatro, que os moradores chamam de “Passaquatinho”. Por outro lado, há outros topônimos brasileiros com essa expressão, por exemplo: Santa Rita do Passa Quatro, em Minas Gerais, o que, de certa forma, pode indicar que há outras motivações para esse designativo toponímico ainda não inteiramente elucidadas.

Topônimo: São Miguel do Passa Quatro

Etimologia: sm. santo, ‘sagrado’ do latim *sanctus -a, -um* + Miguel sm. próprio do hebraico *Mikhael*: quem é como Deus? + do Passa Quatro, expressão formada por verbo + numeral sem a concordância canônica.

Estrutura morfológica: topônimo composto por justaposição são + nome próprio Miguel + expressão do passa quatro.

Taxionomia de natureza antropológica: hagiotopônimo, relativo a nomes de santos e santas do hagiologioromano (e ainda numerotopônimo, relativo a expressões numéricas).

2.9. O Município de Silvânia

Em abril de 1833, o Conselho Geral da Província, pela Resolução nº 2, dividiu Goiás em quatro Comarcas: a comarca de Goiás (Vila Boa) e das vilas Jaraguá, Meia Ponte (Pirenópolis), São José do Tocantins, Traíras⁴ e Pilar de Goiás; a de Santa Cruz, que compreendia as vilas Santa Cruz, Bonfim (Silvânia), Catalão e Santa Luzia (atual Luziânia); a de Cavalcanti, com as vilas Flores e Arraias; e a de Palmas, com as vilas Natividade, Porto Imperial e Carolina.

Segundo Cotrim (1998), embora não haja nenhum documento que comprove, o ano estipulado, por convenção, como o da fundação do arraial de Bonfim é 1774, alguns anos depois da fundação de Santa Cruz (1729).

⁴ Da antiga Traíras (Tupiraçaba), do século XVII, praticamente só restam poucas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e alguns poucos pedaços de muros de pedras da Antiga Casa de Fundação, um marco onde era a cadeia e a casa onde, supostamente, D. Pedro II teria se hospedado por 24 horas. Assim, Traíras teria sido capital do país por um dia.

Cotrim (1998: 3) dá conta de um documento descoberto por Paulo Bertran, cujo título “Notícias do Julgado de Santa Cruz no ano de 1783”, já fazia referência ao arraial do Bonfim:

pertence a este arraial (o de Santa Cruz) o do Bonfim [...] Há em o dito arraial do Bonfim uma lavra, em que são interessados o Capitão Manoel Ribeiro da Silva, Pedro Monteiro da Silva [...] tem o dito arraial do Bonfim 65 moradores, e entre estes 9 casais de pessoas brancas, 7 casais de pessoas pardas, dois casais de pretos libertos, e entre todos conservam nos serviço de suas casas 82 escravos [...]

A primeira igreja edificada no município data de 1782, elevada à condição de paróquia em 29 de abril de 1833. Em 18 de junho, deu-se, pela Resolução do Conselho Administrativo da Província de Goiás, a criação da vila do Bonfim, confirmada pelo governo imperial. Em agosto desse mesmo ano, foi criado o distrito de Bonfim. Com a divisão administrativa de 1911, era formado somente pelo distrito sede. Posteriormente, o distrito de São Miguel veio a também fazer parte do município.

Silvânia já foi considerada o berço da educação em Goiás, pelo pioneirismo com que fundou escolas para meninos e meninas já no século XIX, e a Atenas de Goiás, pela intensa produção cultural, principalmente na área literária. Bonfim alcançou grande progresso quando D. Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, admirador da cidade, transferiu para lá a sede de seu bispado. Com seu prestígio, conseguiu com as autoridades da época que os trilhos da Estrada de Ferro Goiás passassem por Bonfim.

A partir de 1943, em homenagem ao primeiro dirigente da cidade, Vicente Miguel da Silva, o topônimo foi mudado para Silvânia. De acordo com os dados da Gerência de Estatística/Sepin/Seplan – 2010, o município possui uma população residente de 19.096 pessoas, com crescimento anual estimado na última década de -0,63.

2.9.1. O Topônimo Silvânia

Vários termos eram usados para designar o lugar de Bonfim:⁵ Arraial do Bonfim, Capela do Senhor do Bonfim, Vila do Bonfim ou apenas Bonfim. Todos esses designativos eram devido à Igreja do Nosso Senhor do Bonfim. Segundo Cotrim (1998), quando se cogitou a mudança do nome da cidade (Bonfim), a primeira ideia foi homenagear o filho mais ilustre do lugar:

⁵ Saint-Hilare (1975) narra sua passagem pelo arraial do “Bom Fim” – escrito desta maneira.

Antônio Americano do Brasil.⁶ No entanto, já havia uma “Americana” no estado de São Paulo. Optou-se, então, por homenagear a família (Silva) do primeiro líder político da cidade, à qual o próprio Americano do Brasil pertencia. Assim, Bonfim tornou-se Silvânia.

Topônimo: Silvânia

Etimologia: do latim *silva*, floresta, mato, selva. O sobrenome se refere aos habitantes que viviam perto dos bosques ou que deles dependia, extraindo lenha, madeira e outras riquezas. Pode indicar também o culto às divindades dos bosques, tradição pagã ainda existente durante os séculos VIII-XI + *-(a)nia* variação do sufixo nominal do latino *-a#nus*, *-a#na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, origem entre outras.

Estrutura morfológica: sm próprio Silva + sufixo *-(a)nia*.

Taxionomia de natureza antropocultural: antropotopônimo, relativo a nomes de família.

2.10. O Município de Urutaí

O desenvolvimento da cidade de Urutaí se deve à implantação e à penetração da estrada de ferro em Goiás. Para a construção da estrada, acorreram para a região várias pessoas, das quais muitos eram funcionários e operários da ferrovia. Inaugurada a estação local, em novembro de 1914, intensificaram-se as edificações no local e um ano depois já havia muitas ruas e casas ao seu redor.

Também contribuiu para a expansão do lugar a Fazenda Modelo, mantida pelo governo federal desde 1910, transformada depois em Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, hoje, Instituto Federal Goiano (*Campus* de Urutaí). Urutaí foi elevada a distrito em 15 de junho de 1915 e a município em 16 de setembro de 1948, pela Lei nº 141, sendo desmembrada de Ipameri, cuja comarca passou a constituir Termo. Em 1952, foi elevada à categoria de Comarca de 1ª Entrância.

De acordo com os dados da Gerência de Estatística/Sepin/Seplan – 2010, o município possui uma população de 3.058 pessoas e taxa de crescimento anual em torno de -0,15.

⁶ Americano do Brasil foi secretário de Estado de Goiás, em 1917; deputado federal de 1921 a 1923; professor, jornalista, poeta, historiador, folclorista, entre tantas outras funções.

2.10.1. O Topônimo Urutaí

Os moradores mais velhos contam que a razão do nome se deve a uma história (quase uma lenda): quando os carreiros, os guias de carros de bois, pernoitavam no lugar onde hoje é a cidade, vindos de Uberaba, transportando sal para a antiga capital de Goiás, cidade de Goiás, preparavam carne de sol, salgavam-na e punham-na para secar; então, apareciam umas aves de cor azul-seda (*sic*) cujo nome era “uru”.⁷ Atraídas pelo cheiro da carne de sol, os urus vinham comê-la, os que ficavam vigiando a carne gritavam: uru-taí, uru-taí! Pode ser que não fosse realmente um uru, pois essa ave não vive na região central do Brasil, mas, mesmo assim, consolidou-se o termo “Urutaí” como designativo para o lugar.

Topônimo: Urutaí

Etimologia: sm. do Tupi *u'ru*, nome comum às aves galiformes da família dos fasianídeos; também, ave voraz, uma das modalidades do nome urubu + (es)ta + (a)í.

Estrutura morfológica: sm. substantivo composto por aglutinação, *uru* + taí (por aférese de está aí).

Taxionomia de natureza física: zootopônimo, relativo a topônimos de índole animal.

2.11. O Município de Vianópolis

Havia nessa região (atual estrada de ferro) alguns trajetos por onde passavam os carros de bois carregando mercadorias entre as vilas, patrimônios e cidades existentes. Em um desses trajetos, fazia parte um itinerário conhecido como Pouso dos Carreiros, na cabeceira do Córrego Veredas, onde mais tarde viria a ser Tavares, depois Vianópolis.

O topônimo Tavares teve sua motivação no nome de uma família que residia no lugar por volta de 1807. Mais de um século depois teve início, em Araguari, Minas Gerais, a construção da Estrada de Ferro Goiás.

Em mapas do estado, de 1921, constam os lugares por onde a estrada passaria a partir de Araguari rumo a Goiás. Constam os trechos programados para passar perto de Jaraguá em direção à cidade de Goiás (então capital do

⁷ Trata-se da ave uru, *Odontophurus Capueira*, uma ave galiforme. Não é comum em Goiás, talvez a história da motivação do nome desse município seja realmente uma lenda.

estado). Aparecem no mapa vários nomes das estações que seriam construídas: Anhanguera a Roncador – já em tráfego, e, em construção,⁸ a via de Roncador a Tavares. O Cel. Felismino de Souza Viana, político da região do Roncador, se apressou a comprar terras junto à estação Tavares,⁹ para a qual mandou elaborar o projeto urbano da futura Vianópolis, mediante parcelamento do solo e comercialização de lotes.

Em 1925, é inaugurado o trecho da ferrovia e a respectiva estação de Tavares. Assim, Vianópolis é mais uma cidade que surgiu em consequência da Estrada de Ferro Goiás.

2.11.1. O Topônimo Vianópolis

O primeiro nome do município refere-se à família de Joaquim Tavares da Silva, proprietário da fazenda cujas terras foram vendidas ao Cel. Felismino de Souza Viana para a construção da cidade. Já o topônimo Vianópolis homenageia o próprio Felismino, uma vez que esse designativo toponímico é formado pela junção do sobrenome Viana mais o elemento grego “polis”.

Topônimo: Vianópolis

Etimologia: nome de família de origem toponímica

Estrutura morfológica: substantivo composto pelo nome Viana + *-pole*, elemento composto, derivado do grego *pólis* ‘cidade’.

Taxionomia de natureza antropológica: antropotopônimo, relativo a sobrenome de família.

Considerações finais

A ocorrência de ouro em alguns cursos d’água propiciou o nascimento das primeiras cidades de Goiás: Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Traíras, Bonfim. O metal constituiu o primeiro hilo desencadeador de povoações pela região central do Brasil.

Com o advento da Estrada de Ferro Goiás, no início do século XX, pode-se dizer que um novo hilo se formou. Em torno das recém-inauguradas estações da ferrovia, iam surgindo edificações até tornarem-se distritos e

⁸ Constam também as de Veríssimo, Içá, Inajá, Tapiocanga, Egerineu Teixeira, Caraíba e Ponte Funda.

⁹ Nessa época (1923), o lugar ainda era denominado de Cabeceira da Vereda ou Pouso de Carreiro.

daí por diante atingiam sua emancipação, tornando-se municípios. O conjunto toponímico da microrregião de Pires do Rio, região sudeste de Goiás conhecida como Região da Estrada de Ferro, guarda desses hilos muitas reminiscências, preserva na memória as motivações que fizeram com que o denominador escolhesse tal nome para determinado lugar.

A discussão acerca da toponímia dessa região teve a intenção de estudar os topônimos em conjunto, tendo como suporte os princípios teórico-metodológicos propostos principalmente por Dick (1990, 2007) e possibilitando uma visão preliminar das características comuns que há entre eles no que se refere aos aspectos históricos, culturais e linguísticos. Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos: descrever o caráter etimológico, morfológico e semântico dos topônimos; investigar e verificar, mediante o estudo desses topônimos, se questões referentes à cultura e à história do lugar podem ser elucidadas pelo estudo toponímico; e, ainda, se há questões mais vinculadas a aspectos físicos dos lugares para proceder à classificação, de acordo com as 27 taxas propostas por Dick (1990).

Dessa forma, por meio da coleta e da descrição dos dados, pôde-se descrever os aspectos linguísticos dos topônimos, com os quais foi possível mostrar a origem, a formação e o significado dos nomes dos respectivos municípios da microrregião de Pires do Rio. Os nomes dos municípios goianos da região da ferrovia não fogem à regra que confere aos topônimos uma relação intrínseca com fatos históricos, culturais, acidentes geográficos e episódios religiosos de cada lugar. Por exemplo, a construção de um cemitério (São Miguel do Passa Quatro) favorecer a formação de uma cidade é fato bastante peculiar, haja vista certa constância em relação ao hilo mais comum de nascimento de cidades tanto em Goiás quanto no Brasil de uma maneira geral.

O mote atrativo é quase sempre o estabelecimento de um pequeno comércio, a doação de terreno para construção de uma igreja, a maioria de fé católica. Assim, Cristianópolis não correspondeu ao que era comum na região e ergueu uma cidade em torno da fé protestante, permanecendo assim até hoje, isto é, uma cidade de maioria evangélica.

Quanto aos topônimos propriamente ditos, o que os dados anunciam é uma tendência que se efetivará com o tempo; em outras palavras, há na região uma forte motivação para homenagear pessoas importantes da política local, seja na macrotoponímia, seja na microtoponímia (nomes de ruas e de bairros). Isso aconteceu em relação aos topônimos: Leopoldo de

Bulhões, político influente em Goiás; Pires do Rio, homenagem ao ministro dos Transportes (José Pires do Rio); Silvânia, homenagem à família de Americano do Brasil, filho mais ilustre do lugar; Vianópolis, homenagem ao fundador da cidade (Cel. Felismino de Souza Viana).

Por outro lado, os topônimos da região também evidenciam que a região constitui importante foco de motivação para escolha de nomes: Cristianópolis, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro. As motivações de natureza física motivaram os nomes de Gameleira e Urutaí, fitotopônimo e zootopônimo, respectivamente.

A respeito de Palmelo, cabe lembrar que seu surgimento vai em direção um pouco diferente do que é mais comum na região, já que essa cidade nasceu (e vive como tal) da prática da caridade, da doutrina espírita, e a motivação toponímica para escolha do nome, adveio da aura poética espiritual das palavras “palma e melodia”, para simbolizar a busca pela paz e pela caridade comum entre os espiritualistas, maioria no município.

Assim, os lugares vão sendo habitados nessa intrínseca relação entre história, cultura e, principalmente, linguagem.

Referências Bibliográficas

ALVES, Joaquim Rodrigues. *Santa Cruz de Goiás: sinopse histórica*. s.l./s.n.t., ca. 1983.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista da USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez.-fev. 2002-2003.

COTRIM, Edmar Camilo. *Silvânia: enredo e personagens*. Silvânia: Anima, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141-155, 1º sem. 2007. Disponível em: < <http://erevista.unioeste.br> >. Acesso em: 11 out. 2010.

FONSECA, G. Solis. *La gente pasa, los nombres quedan...* Introducción en la toponimia. Lima: G.Herrera, 1997.

GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas/Seplan/ Seplan – Gerência de Estatística Socioeconômica, Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>.

OLIVEIRA, Élson Gonçalves de. *São Miguel do Passa Quatro: o nascimento de uma cidade*. Goiânia: Elege, 1998.

_____. *Cristianópolis: uma cidade que nasceu da fé*. Goiânia: Ellos, 2006.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAINT-HILARE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 191-210, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>.

SIQUEIRA, Jacy. *Um contrato singular: e outros ensaios sobre a história de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2006.

TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A questão da estrutura morfológica dos topônimos: um estudo na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Signum. Estudos de Linguagens*, Londrina/PR, v. 9/2, p. 273-288, 2006.

Recebido em fevereiro 2012
Aceito em abril 2012